

Fernando Molica

É preciso vigiar os vigias

O escândalo do Banco Master e o detalhamento de privilégios assegurados por penduricalhos a salários de servidores mostram a necessidade de se redefinir papéis institucionais atribuídos pela Constituição ao Ministério Público e ao Judiciário.

Ao conferir independência ao MP e garantir o poder da Justiça, em particular do Supremo Tribunal Federal, os constituintes parecem ter esquecido que funções tão necessárias e nobres seriam exercidas por seres humanos, que, como qualquer um de nós, são capazes de errar e, no limite, cometer crimes.

A omissão ativa de Augusto Aras, procurador-geral de Justiça no mandato de Jair Bolsonaro, demonstrara o risco de se concentrar tamanhos poderes em uma só pessoa. Sua tolerância com os desmandos colaborou muito para que o STF alargasse sua própria atuação, o que foi fundamental para a preservação da democracia — mas, desde então, a corte resiste em largar o cachimbo e passou a gostar de sua boca torta.

O processo de escolha, aprovação e nomeação de integrantes de instâncias superiores da Justiça precisa ser revisto. Não é uma tarefa fácil, e faz sentido que o governante de plantão indique pessoas que, em tese, reflitam posições hegemônicas presentes, naquele momento, na sociedade.

A Laja Jato, porém, complicou também esse aspecto do Judiciário. Foi tanto desmando que, desde então, governadores ou presidentes de esquerda ou de direita deixaram de priorizar a indicação de juristas que tivessem visões de mundo compatíveis com as suas: o fundamental passou a ser encontrar pessoas que dificultem a prisão de quem os nomeia.

Responsável pela aprovação de candidatos a tribunais superiores, o Senado fez parecido: ministro bom é aquele que potencialmente mandará menos parlamentares para a cadeia. A competência e os princípios de candidatos às vagas deram lugar a critérios nada republicanos: alguns, de pirraça, procuram derrotar indicação de governantes adversários; outros preferem trocar votos por vantagens.

Os poderes quase incontroláveis garantidos pela Constituição fizeram com que o MP e o Judiciário passassem a se ver como uma espécie de casta; qualquer crítica a um de seus integrantes é encarada como um ataque às instituições.

Em um país pobre, eles se acham no direito de receber salários vitaminados com auxílios disso e daquilo. Serviço público não é para enriquecer ninguém: quem quer virar milionário deve ser arriscar na iniciativa privada.

A falta de controles sociais deu a alguns ministros do STF a sensação de que poderiam fazer tudo. O tudo aí inclui negócios particulares, bênçãos profissionais a filhos advogados (todos muito talentosos, claro), participação em eventos promovidos ou bancados por réus; caronas em jatinhos; contatos suspeitos com investigados. O surgimento de fatos que indicam o cometimento de infrações graves é recebida com um quase desdém, e tome de medidas destinadas a limitar algumas investigações.

Suas excelências precisam entender que o MP e o STF não pertencem a eles, mas a todos nós, são patrimônios da nação. É necessário que todas as suspeitas sejam apuradas e que a sociedade discuta formas de impedir a repetição de tantos episódios, no mínimo, constrangedores. Vigias também têm que ser vigiados.

Dora Kramer*

Deputados condenados vão se dividir entre a Câmara e a cadeia

Dois deputados, um suplente e mais quatro condenados por corrupção no uso das emendas é algo a ter algum efeito didático sobre o comportamento dos parlamentares que avançam sem cerimônia sobre o Orçamento da União.

Ao menos assim se espera que ocorra diante do indicativo do ministro Flávio Dino de que outras punições severas virão, no âmbito das dezenas de inquéritos sobre o tema que tramitam ainda em sigilo no Supremo Tribunal Federal.

A conferir agora se suas excelências darão algum sinal de mudança no tratamento que pretendem conferir aos três políticos, notadamente aos dois no exercício do mandato. Sentenciados a penas inferiores a oito anos de reclusão, têm o benefício do regime semiaberto. A lei lhes confere o direito de trabalhar durante o dia e se recolher à prisão depois do expediente.

No Poder Legislativo há, contudo, o critério do decoro; em tese, pela lógica e pelo bom senso, incompatível com condenações criminais para efeito da atividade parlamentar. Veremos se a Câmara vai considerar normal o convívio

com prisioneiros, se achará que eles se adequam ao requisito e, portanto, podem continuar se dividindo entre o plenário e a cadeia.

O caso não é inédito. Em 2017, o então deputado federal Celso Jacob foi condenado a sete anos e dois meses por falsificação de documento público e dispensa irregular de licitação quando era prefeito de Três Rios (RJ). Autorizado pela Justiça a prosseguir no mandato, acabou sendo suspenso (mas não cassado) depois de intensa pressão sobre a Câmara.

No episódio atual, a questão voltará à cena, acrescida do fato de os criminosos terem se valido do mandato para cobrar propinas para destinar recursos de emendas. É provável que haja reação e que a proximidade das eleições desperte o apreço pelo decoro nos pares dos deputados Josimar Maranhãozinho e Pastor Gil, ambos do PL do Maranhão.

Mas é possível que a condenação aflore o espírito de proteção antecipado devido ao que pode vir dos outros inquéritos à espreita no Supremo.

***Jornalista e comentarista de política**

Tales Faria

O que era eleição tranquila para Moro no Paraná se complica

O senador e ex-juiz da Lava Jato, Sérgio Moro, marcou com o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, sua filiação ao partido no Paraná para o próximo dia 23.

Na expectativa de uma eleição tranquila para governador, ele conta nas pesquisas de intenções de voto com a simpatia de cerca de 40% dos eleitores do estado, juntando antipetistas e bolsonaristas.

Tudo acertado para um passeio em outubro, de mãos dadas com o candidato do PL a presidente da República, senador Flávio Bolsonaro (RJ), justamente no estado mais bolsonarista do Brasil. Mas eis que começaram a aparecer pedras no meio do caminho dessa nova aliança entre lavajatistas e bolsonaristas.

O muito bem avaliado governador do Paraná, Ratinho Junior (PSD), resolveu lançar-se candidato a presidente. É o favorito entre os três pré-candidatos do partido de Gilberto Kassab. O PSD governa o maior número de municípios no país, 887.

O presidente Lula também voltou seus olhos para o estado e lançou sua ministra-chefe da Casa Civil, a deputada Gleisi Hoffmann (P), que foi senadora pelo Paraná, como candidata ao Senado. Ainda convenceu o cacique político no estado, Roberto Requião, a fazer de Requião Filho o candidato a governador pelo PDT em aliança com o PT.

E agora, para aumentar o cerco a Sérgio Moro, o ex-governador Rafael Greca filiou-se ao MDB. Vai também concorrer a governador. Já tem garantido em sua chapa como candidato ao Senado o ex-senador e ex-governador Álvaro Dias (MDB).

Resultado da brincadeira: o que era uma eleição tranquila para Sergio Moro se transformou em uma disputa com muito provável segundo turno, pelo excesso de nomes, entre os adversários, com razoável força eleitoral.

Moro não costuma dar muita sorte nas suas aproximações com o bolsonarismo. Elas sempre ocorreram por motivações, digamos interesseiras.

A primeira vez que o então juiz cruzou com Jair Bolsonaro foi em um aeroporto. O ex-presidente ainda era um candidato a presidente sem muitas chances. Bolsonaro correu atrás de Moro. Nunca esqueceu que o mítico chefe da Lava Jato evitou cumprimentá-lo.

Mas o candidato cresceu nas pesquisas e acabou convidando Sérgio Moro, num lance de marketing em plena na campanha eleitoral, para, caso fosse eleito, ser seu ministro da Justiça. Prometeu indicá-lo depois para o Supremo Tribunal Federal (STF), mas a promessa nunca foi cumprida. Pelo contrário. No governo os dois brigaram e Bolsonaro demitiu Sérgio Moro do Ministério da Justiça.

Agora, novamente o lavajatismo e o bolsonarismo voltam a se juntar. Ainda não é um casamento no país inteiro, mas um noivado no Paraná, em chapa com o deputado Filipe Barros (PL) e o ex-procurador Deltan Dallagnol (Novo) como candidatos ao Senado.

Será curioso ver como Moro, no PL, explicará que o maior doador de seu novo partido na eleição passada foi o dono do Banco Master, o sucessor da Lava Jato no ranking de escândalos políticos do Brasil.

Leonardo Chucrute*

IA: aliada para transformar negócios

A Inteligência Artificial (IA) deixou de ser apenas uma tendência para se consolidar como uma ferramenta indispensável em diversas áreas, especialmente no mundo dos negócios. Empreendedores que dominam o uso estratégico dessa tecnologia conseguem potencializar resultados, reduzir erros e tomar decisões com mais agilidade e segurança, fortalecendo a competitividade de suas empresas.

Um dos principais benefícios da IA é a economia de tempo. Ferramentas como assistentes virtuais são capazes de gerar relatórios, analisar o comportamento do consumidor e sugerir melhorias em poucos segundos. Isso permite que o empresário concentre seus esforços no que realmente importa: estratégia, inovação e crescimento do negócio.

A IA também se destaca como uma poderosa aliada no processo de aprendizado, ao possibilitar a personalização da formação e apoiar a tomada de decisões. É possível solicitar recomendações de cursos, vídeos, artigos e até

mentorias específicas. Dessa forma, o empreendedor desenvolve competências práticas cada vez mais alinhadas aos seus objetivos, como gestão financeira, liderança e marketing digital.

Além disso, a inteligência artificial pode ser utilizada para testar ideias de negócio, aprimorar apresentações e apoiar o desenvolvimento de novos produtos. Criar prompts para simular o lançamento de um serviço ou validar um pitch torna-se um diferencial competitivo, especialmente em mercados altamente dinâmicos.

Outro uso relevante da IA está no treinamento de equipes. Existem aplicações capazes de simular atendimentos ao cliente, avaliar discursos e oferecer feedback sobre postura, clareza e comunicação. Treinar equipes com esse tipo de tecnologia pode elevar o padrão de excelência do negócio, gerar mais valor para a marca e contribuir para a fidelização de clientes.

***CEO do Zerohum, mentor de empresários, palestrante e autor de livros didáticos.**